



PARECER PRÉVIO Nº 24/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11225/2014.

Aposos: Processos nsº 10328/2013 e 11848/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Codajás.

4- Exercício: 2013.

5- Responsáveis: Srs. Joel Gomes de Oliveira – Prefeito Municipal de Codajás e Abraham Lincoln Dib Bastos – Prefeito Municipal de Codajás.

6- Unidade Técnica: DICAMI.

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1313/2017-MP-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls.6408/6409).

8- Relator: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Codajás. Exercício de 2013.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a Desaprovação das contas anuais.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade** o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

9.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a Desaprovação das contas anuais do **Sr. Abraham Lincoln Dib Bastos**, período de gestão 01/01/2013 a 12/08/2013 e 23/12/2013 a 31/12/2013, na Prefeitura de Codajás, no exercício de 2013.

9.2. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a Desaprovação das contas anuais do **Sr. Joel Gomes de Oliveira**, período de gestão 13/08/2013 a 20/12/2013, na Prefeitura de Codajás, no exercício de 2013.

10- Ata: 12ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 25 de Abril de 2017.



PARECER PRÉVIO Nº 24/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora Geral, em substituição.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

FERNANDA CANT ANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora Geral, em substituição



ACÓRDÃO Nº24/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 24/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 11225/2014.

Aposos: Processos nsº 10328/2013 e 11848/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Codajás.

4- Exercício: 2013.

5- Responsáveis: Sr. Joel Gomes de Oliveira – Prefeito Municipal de Codajás e o Sr. Abraham Lincoln Dib Bastos – Prefeito Municipal de Codajás.

6- Unidade Técnica: DICAMI.

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1313/2017-MP-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls.6408/6409).

8- Relator: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Codajás. Exercício de 2013.

Irregularidade. Multa. Alcance. Recomendação. Encaminhamento. Determinação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, "a" item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1. Julgar irregular a Prestação de Contas do **Sr. Abraham Lincoln Dib Bastos**, responsável pela Prefeitura Municipal de Codajás, período de gestão 01/01/2013 a 12/08/2013 e 23/12/2013 a 31/12/2013, no curso do exercício de 2013, nos termos do artigo 22, III, "a", "b" e "c", da Lei Orgânica deste Tribunal;

9.2. Julgar irregular a Prestação de Contas do **Sr. Joel Gomes de Oliveira**, responsável pela Prefeitura Municipal de Codajás, período de gestão 13/08/2013 a 20/12/2013, no curso do exercício de 2013, nos termos do artigo 22, III, "a", "b" e "c", da Lei Orgânica deste Tribunal;

9.3. Aplicar Multa ao **Sr. Abraham Lincoln Dib Bastos** no valor de R\$ 1.096,03 (um mil, noventa e seis reais e três centavos), pela impropriedade do item 29, nos termos do artigo 308, II, do Regimento Interno deste Tribunal, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado – SEFAZ. O recolhimento deve ser



ACÓRDÃO Nº24/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 24/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

feito no prazo de 30 dias.

- 9.4. Aplicar Multa ao Sr. Abraham Lincoln Dib Bastos** no valor de R\$ 9.864,27 (nove mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e vinte sete centavos), pelo atraso dos meses de abril a dezembro, como disposto no item 30, nos termos do artigo 308, II, do Regimento Interno deste Tribunal, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 9.5. Aplicar Multa ao Sr. Abraham Lincoln Dib Bastos** no valor de R\$ 1.096,03 (um mil, noventa e seis reais e três centavos), nos termos do item 74, de acordo com o artigo 308, II, do Regimento interno deste Tribunal, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 9.6. Aplicar Multa ao Sr. Abraham Lincoln Dib Bastos** no valor de R\$1.096,03 (um mil, noventa e seis reais e três centavos), pelo item 77, nos termos do artigo 308, II, do Regimento Interno deste Tribunal, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 9.7. Aplicar Multa ao Sr. Abraham Lincoln Dib Bastos** no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), pelos itens 70, 86, 87, 95, 102 e 108, nos termos do artigo 308, V, do Regimento interno deste Tribunal, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 9.8. Aplicar Multa ao Sr. Abraham Lincoln Dib Bastos** no valor de R\$30.000,00 (trinta mil reais), pelos itens 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 42, 43, 44, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 58, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 75, 76, 81, 82, 83, 84, 85, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 96, 97, 98, 99, 101, 103, 104, 105 e 107, nos termos do artigo 308, VI, do Regimento interno deste Tribunal que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado – SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 9.9. Considerar em Alcance o Sr. Abraham Lincoln Dib Bastos** no valor de R\$ 48.531,00 (quarenta e oito mil, quinhentos e trinta e um reais), pela



ACÓRDÃO Nº24/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 24/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

somatória do item 70, nos termos do artigo 304, do Regimento Interno deste Tribunal, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Codajás. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;

9.10. Considerar em Alcance o Sr. Abraham Lincoln Dib Bastos no valor de R\$ 35.500,00 (trinta e cinco mil e quinhentos reais), pelo item 86, nos termos do artigo 304, do Regimento Interno deste Tribunal, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Codajás. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;

9.11. Considerar em Alcance por responsabilidade solidária, o **Sr. Noélio Barroso Martins** no valor de R\$ 35.500,00 (trinta e cinco mil reais), pelo item 86, nos termos do artigo 304, do Regimento interno deste Tribunal, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Codajás. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;

9.12. Considerar em Alcance o Sr. Abraham Lincoln Dib Bastos no valor de R\$50.600,00 (cinquenta mil e seiscentos reais), pelo item 87, nos termos do artigo 304, do Regimento Interno deste Tribunal, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Codajás. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;

9.13. Considerar em Alcance por responsabilidade solidária, o **Sr. Noélio Barroso Martins** no valor de R\$ 50.600,00 (cinquenta mil e seiscentos reais), pelo item 87, nos termos do artigo 304, do Regimento interno deste Tribunal, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Codajás. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias.

9.14. Considerar em Alcance o Sr. Abraham Lincoln Dib Bastos no valor de R\$ 4.915,18 (quatro mil, novecentos e quinze reais e dezoito centavos), pelo item 95, nos termos do artigo 304, do Regimento Interno deste Tribunal, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Codajás. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;

9.15. Considerar em Alcance por responsabilidade solidária, a **Empresa Oliveira e Martins Empreendimentos e Projetos Ltda** no valor de R\$ 4.915,18 (quatro mil, novecentos e quinze reais e dezoito



ACÓRDÃO Nº24/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 24/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

centavos), pelo item 95, nos termos do artigo 304, do Regimento Interno deste Tribunal, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Codajás. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;

9.16. Considerar em Alcançe o Sr. Abraham Lincoln Dib Bastos no valor de R\$30.324,68 (trinta mil, trezentos e vinte e quatro reais e sessenta e oito centavos), pelo item 102, nos termos do artigo 304, do Regimento Interno deste Tribunal, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Codajás. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;

9.17. Considerar em Alcançe por responsabilidade solidária a empresa Construtora Santos Ltda-me no valor de R\$30.324,68, pelo item 102, nos termos do artigo 304, do Regimento Interno deste Tribunal, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Codajás. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;

9.18. Considerar em Alcançe o Sr. Abraham Lincoln Dib Bastos no valor de R\$39.918,14 (trinta e nove mil, novecentos e dezoito reais e catorze centavos), pelo item 108, nos termos do artigo 304, do Regimento Interno deste Tribunal, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Codajás. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;

9.19. Considerar em Alcançe por responsabilidade solidária a empresa Construtora Santos Ltda-me no valor de R\$ 39.918,14 (trinta e nove mil, novecentos e dezoito reais e catorze centavos), pelo item 108, nos termos do artigo 304, do Regimento Interno deste Tribunal, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Codajás. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;

9.20. Aplicar Multa ao Sr. Joel Gomes de Oliveira no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), pelos itens 18, 22, 28 e 94, nos termos do artigo 308, V, do Regimento Interno deste Tribunal, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias.

9.21. Aplicar Multa ao Sr. Joel Gomes de Oliveira no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), pelos itens 19, 20, 21, 23, 24, 26, 27, 88, 90, 91, 92, 93,



ACÓRDÃO Nº24/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 24/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

96, 97, 98, 99, 101, 103, 104, 105 e 107, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;

9.22. Considerar em Alcance o Sr. Joel Gomes de Oliveira no valor de R\$ 2.150.994,10, pelo item 18, nos termos do artigo 304, do Regimento Interno deste Tribunal que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Codajás. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;

9.23. Considerar em Alcance o Sr. Joel Gomes de Oliveira no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), pelo item 22, nos termos do artigo 304, do Regimento Interno deste Tribunal, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Codajás. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;

9.24. Considerar em Alcance o Sr. Joel Gomes de Oliveira no valor de R\$336.523,61, pelo item 27, nos termos do artigo 304, do Regimento Interno deste Tribunal, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Codajás. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;

9.25. Considerar em Alcance o Sr. Joel Gomes de Oliveira no valor de R\$5.579.539,89, pelo item 28, nos termos do artigo 304, do Regimento Interno deste Tribunal, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Codajás. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias.

9.26. Considerar em Alcance o Sr. Joel Gomes de Oliveira no valor de R\$102.249,41, pelo item 94, nos termos do artigo 304 do Regimento Interno deste Tribunal que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Codajás. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias.

9.27. Considerar em Alcance por responsabilidade solidária a empresa **Oliveira e Martins Empreendimentos e Projetos Ltda** no valor de R\$102.249,41, pelo item 94, nos termos do artigo 304 do Regimento Interno deste Tribunal, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Codajás. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias.



ACÓRDÃO Nº24/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 24/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

9.28. Recomendar à Câmara Municipal de Codajás que, no julgamento a que se refere o §5º, do artigo 127, da Constituição Estadual, considere o **Sr. Abraham Lincoln Dib Bastos** em alcance no valor de R\$209.188,98 nos termos da fundamentação constante dos itens 70, 86, 87, 95, 102 e 108 do relatório, determinando a imediata devolução desses valores aos cofres municipais;

9.29. Recomendar à Câmara Municipal de Codajás que, no julgamento a que se refere o §5º, do artigo 127, da Constituição Estadual, considere o **Sr. Joel Gomes de Oliveira** em alcance no valor de R\$8.178.307,10 nos termos da fundamentação constante dos itens 18, 22, 27, 28, e 94 do relatório, determinando a imediata devolução desses valores aos cofres municipais;

9.30. Encaminhar os autos ao Ministério Público do Estado do Amazonas para que tome as medidas que entender necessárias em face de possíveis atos de improbidade administrativa, assim como averiguar a possível infração do artigo 328 do Código Penal;

9.31. Determinar à Prefeitura Municipal de Codajás que:

a) atenda os prazos estabelecidos no art.4º da Resolução TCE/AM nº 10/2012 c/c o parágrafo 1.º, art. 15, da Lei Complementar n.º 06, de 22/01/91;

b) envie esforços no sentido de exercer sua competência tributária nos termos do Art. 11 da Lei Complementar 101/2000;

c) cumpra o determinado na Constituição Federal no que refere aos limites de aplicação de recursos na saúde e educação;

d) cumpra o limite estabelecido na LRF quanto ao gasto de pessoal;

e) envie esforços no sentido de manter atualizadas as pastas funcionais dos seus servidores; bem como zele pela tempestividade dos registros dos atos administrativos;

f) implemente controle eficiente dos bens patrimoniais, tais como: registros em livro próprio, tombamento, definição de responsabilidade pelos bens, inclusive com os respectivos contábeis de sua perda de valor por obsolescência, desgaste físico ou tecnológico;



ACÓRDÃO Nº24/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 24/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

- g) utilize os instrumentos de transparência, em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal e à Lei de Acesso à Informação, dando ampla divulgação aos atos da Administração Pública Municipal;
- h) se abstenha de realizar contratações de cargos comissionados além do número de vagas disponíveis para esses cargos;
- i) realize concurso público na forma Art. 37, II, da Constituição Federal para suprir a necessidade da Administração Pública Municipal;
- j) atenda na íntegra e tempestivamente todos os preceitos legais estabelecidos na Lei 8.666/93 para as aquisições de materiais e contratações de serviços.

10- Ata: 12ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 25 de Abril de 2017.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora Geral, em substituição.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR
Conselheiro-Presidente

ERICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora Geral, em substituição